

Quem tem medo da chuva? E da falta dela? Reflexões sobre racismo ambiental e injustiças climáticas nas cidades brasileiras

Raquel Ludermir, PhD

Todo ano é a mesma coisa. Mas parece que está piorando; já estamos vivendo na pele os efeitos da crise climática. Os eventos climáticos extremos estão cada vez mais frequentes e intensos, e têm devastado cidades de norte a sul do Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, de Pernambuco a São Paulo e Rio de Janeiro, entre tantos outros estados. Em 2022, o número de pessoas afetadas por desastres ligados à chuva tinha sido o maior dos últimos dez anos até então, chegando a 890 mil pessoas, segundo dados do sistema da Defesa Civil Nacional. Em 2024, observamos um novo recorde: 1,13 milhão de brasileiros tiveram que deixar suas casas em razão de eventos extremos como chuvas intensas, estiagens e secas.

Junto com a água e a lama das inundações, enxurradas e deslizamentos, vão-se itens básicos de sobrevivência, roupas, mantimentos, móveis e eletrodomésticos. Vão-se também documentos, fotos, recordações, junto com alguns sonhos e outras conquistas. A morte, infelizmente, também é uma constante. Ficam, à princípio, luto e indignação. **Mas, afinal de contas, quem tem medo da chuva?**

Enquanto uns podem ficar seguros em casa, aproveitando as temperaturas mais fresquinhas dos dias de chuva, sem ter que enfrentar o caos das cidades em dias de temporal, as pessoas que menos contribuem para a crise climática são as mais impactadas por seus efeitos. Para pessoas negras, pobres e periféricas, os impactos de enchentes, enxurradas e eventos climáticos extremos chegam a ser 15 vezes mais severos que para outros grupos populacionais, segundo estudo do IPCC. Estamos na mesma tempestade, mas não temos as mesmas condições de moradia e abrigo.

Racismo ambiental e injustiças socioambientais

O impacto desigual dos desastres socioambientais nas populações negras, pobres e periféricas não é novidade e nem coincidência. Pelo contrário, é fruto do chamado “racismo ambiental”, fenômeno que ainda define onde e como moram as pessoas empobrecidas, racializadas, principalmente mulheres negras e indígenas nas cidades brasileiras, e o quão vulneráveis estão aos efeitos das mudanças climáticas e desastres socioambientais. O termo evidencia que existem “bolsões” de precariedade das moradias, de falta de saneamento básico, de poluição do ar e das águas, de concentração de risco de inundações e deslizamentos. Mas, principalmente, o termo racismo ambiental chama a atenção para o fato que esses “bolsões” são habitados justamente por população negra e empobrecida, afetada pela discriminação de raça, classe, gênero, entre outras desigualdades e injustiças que se interseccionam, se sobrepõem no tempo e no espaço. Ou seja, os efeitos da crise climática não se distribuem de maneira homogênea em uma cidade e sua população.

O racismo ambiental e as injustiças climáticas estão diretamente relacionados com a questão habitacional, ou seja, com onde e como as pessoas conseguem morar. Isso porque um evento climático extremo é tão mais devastador quanto mais pessoas estiverem morando em área de risco, na rota da destruição. No Brasil, existem pelo menos 8,9 milhões de brasileiros vivendo em áreas de risco, segundo os dados mais recentes encomendados pela Casa Civil e Ministério das Cidades (2022).

Ninguém escolhe morar em área de risco

Morar em área de risco é a única opção para as pessoas que não têm outra alternativa de moradia mais segura, acessível e compatível com suas demandas familiares e condições de sobrevivência. Morar em área de risco, em um país com 6,2 milhões de domicílios em situação de déficit habitacional, e 25,6 milhões em situação de inadequação habitacional, é a forma como grupos

vulnerabilizados enfrentam os efeitos da negligência do poder público frente à uma demanda histórica por moradia digna no país. E, nesse sentido, a culpa dos desastres socioambientais não é só da chuva.

Apesar de ainda não haver dados nacionais oficiais e sistemáticos que permitam quantificar e espacializar o racismo ambiental, temos algumas pistas. Um levantamento recente da Habitat para a Humanidade Brasil em parceria com outras organizações da sociedade civil, com o apoio de Misereor, levantou que 84% dos territórios atingidos pelos desastres do inverno de 2022 no Recife e Região Metropolitana tinham uma população majoritariamente negra e de baixa renda. Outro levantamento importante feito pelo Instituto Polis em Recife, Belém e São Paulo mostra que a porcentagem de pessoas negras, de baixa renda e sem saneamento básico em áreas de risco de inundação, enchentes e deslizamentos é muito maior que em outras áreas da cidade que não enfrentam esse tipo de risco socioambiental.

Já em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, as dimensões regionais dos desastres socioambientais ficam evidentes no sotaque nordestino das pessoas atingidas relatando a xenofobia que sofreram por parte do poder público. “Me perguntaram se eu não queria uma passagem de ônibus pra voltar pra minha terrinha no Nordeste, mesmo eu já morando aqui há mais de 20 anos. Então quer dizer que eu só sirvo pra trabalhar nas mansões onde os ricos passam as férias, mas na hora que eu preciso de ajuda, eu sou enxotada”, relatou uma das atingidas pela tragédia de 2023 à Comitativa Nacional da Missão de Denúncia organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana e Campanha Despejo Zero.

Secas, estiagem e calor extremo

No outro extremo das convivências com em crise climática estão as secas, a estiagem, o calor extremo, no qual é a escassez de água que faz a diferença. Imagine, por alguns instantes, como é abrir as torneiras por dias e não vê-las despejar uma gota. Imagine, agora, não ter sequer as torneiras. Uma casa sem pontos de abastecimento de água próprios. Uma família vivendo nesta casa, com crianças que precisam ir à escola, mulheres e homens que precisam trabalhar, cozinhar, tomar banho, lavar roupas, fazer suas necessidades, enfim, ter uma rotina, como todas e todos nós, mas, que o fazem de maneira bem diferente. E quais corpos você imagina que estão sendo mais afetados pela falta de água e saneamento?

O Censo de 2022 (IGBE) mostrou que a porcentagem de pessoas pretas e pardas com acesso à uma rede de água, esgoto e coleta de lixo (75% e 68,9%, respectivamente) é muito menor que a proporção de pessoas brancas (83,5%) e amarelas (91,9%) na mesma condição. A população indígena ficou com o menor percentual, 29,9%. Esses dados refletem a realidade de famílias que só conseguem acessar moradias em locais sem abastecimento de água ou esgotamento sanitário. Famílias que, quando constroem suas casas, muitas vezes não conseguem garantir a existência de banheiros, pontos de água dentro de casa, ou formas seguras de armazenar água. Precisam comprometer parte de sua renda, já apertada, para comprar água potável se não quiserem adoecer por doenças do século passado que ainda rondam suas realidades nos dias de hoje, como amebíase e diarreia. As violações do direito à água se materializam dentro e fora de casa, e interferem na saúde, renda, tempo e segurança principalmente das mulheres, que estão adoecidas, empobrecidas, exaustas e possivelmente violentadas.

Sem moradia digna, não há justiça racial, socioambiental e climática

Reconhecer, quantificar, espacializar o racismo ambiental é um dos muitos passos necessários rumo à justiça socioambiental. A sociedade civil brasileira tem provocado o debate público e denunciado desigualdades e injustiças que se materializam nos territórios de população majoritariamente negra e empobrecida, onde os efeitos da crise climática são ainda mais severos. As organizações locais, de

base comunitária, têm assumido a liderança em soluções de adaptação às mudanças climáticas e resposta a desastres. Mas, sem o reconhecimento e o financiamento adequado, sem uma participação efetiva na governança climática, essas experiências permanecem “boas práticas” isoladas, e não uma resposta sistêmica à crise climática.

A questão urbana, as disputas pela terra, e o problema complexo que leva tantas pessoas a morarem em área de risco ainda é um tema periférico no debate climático. Quando moradia é tratada no debate climático, a ênfase muitas vezes é nos materiais construtivos, nas fontes de energia, na pegada de carbono da indústria habitacional; e não na moradia como uma questão/desafio sistêmico que envolve acesso à terra em áreas bem localizadas, segurança de posse, infraestruturas. Como falar em tecnologias inovadoras quando tanta gente não tem nem banheiro e saneamento básico?

É preciso entender que a crise habitacional leva milhões de pessoas a morarem em área de risco e isso acentua os efeitos da crise climática e desastres socioambientais. Por outro lado, a crise climática e os desastres socioambientais cada vez mais frequentes e intensos destroem casas e infraestrutura urbana, que acentua a crise habitacional. Trata-se de um efeito “bola de neve” (que ainda não derreteu com o aquecimento global), que resulta em milhões de pessoas deslocadas pelos desastres socioambientais que, pela falta de acesso à moradia digna e bem localizada, terminam em outras áreas de risco.

É urgente que a comunidade internacional entenda a importância da questão urbana e da moradia no enfrentamento à crise climática, a importância do acesso a uma moradia digna, bem localizada antes, durante e depois dos desastres. Os governos devem fortalecer as estratégias de adaptação às mudanças climáticas e de reparação e resposta a desastres socioambientais, com a devida atenção às questões de raça, gênero, classe e outras interseccionalidades. Enquanto isso, poder legislativo e sistema de justiça têm a responsabilidade de acompanhar a atuação do poder executivo, e acionar mecanismos de exigibilidade de direitos sempre que necessário.

As defesas civis também precisam ser fortalecidas, assim como os mecanismos de gestão de risco, previsão e alarme, abrigo e atendimento jurídico, social e de saúde física e mental. Também são necessários esforços para aprimorar a urbanização de assentamentos populares consolidados para que a relocação de famílias do seu local de moradia seja o último recurso, e não a regra. Em todas essas frentes, transparência e participação social precisam ser elementos centrais para que a sociedade civil possa monitorar e também contribuir com o poder público e outros atores. Somente com justiça climática e justiça habitacional podemos sonhar com cidades mais inclusivas, democráticas e resilientes. Sem moradia digna, não há justiça climática.

Nota sobre a autora:

Raquel Ludermir é doutora e mestra em desenvolvimento urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, e foi pesquisadora visitante da London School of Economics and Political Science no Reino Unido. Atualmente, trabalha como Gerente de Incidência em Políticas Públicas da Habitat para a Humanidade Brasil, está conselheira do Conselho Nacional das Cidades, e integra o Fórum Nacional de Reforma Urbana, a Campanha Despejo Zero, e a Coletiva de Mulheres pelo Direito à Cidade. Atua no campo do direito à cidade, especialmente na promoção e defesa do direito à moradia adequada, da segurança da posse da terra e proteção contra remoções forçadas.